

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**  
(Organizadora)

**Filosofia**  
**Política,**  
**Educação,**  
**Direito e**  
**Sociedade 4**

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 4

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-097-1

DOI 10.22533/at.ed.971190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INFLUÊNCIA DE PARADIGMA NA RELAÇÃO ENTRE ESTILOS E ENSINO DE APRENDIZAGEM NA GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Carla Cristina Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9711904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE 1930 A 1950	
Silvana Maria da Silva	
Jeferson Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9711904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A ESCOLA RECONHECENDO SEU PODER COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
Géssica Dal Pont	
DOI 10.22533/at.ed.9711904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>25</b>
A CULTURA VISUAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DA CRIANÇA	
Luiz Carlos Cerquinho de Brito	
Valdejane Tavares Kawada	
DOI 10.22533/at.ed.9711904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
A ACEITAÇÃO PRÓPRIA DA CRIANÇA SURDA ATRAVÉS DA LITERATURA EM LIBRAS: UMA ANÁLISE EM FREUD	
Bianca Barros Viana	
DOI 10.22533/at.ed.9711904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
LAS DISCIPLINAS 'PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS' Y SUS CONTRIBUCIONES A LA FORMACIÓN INICIAL DE PROFESORES DE QUÍMICA EN BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO	
Elber Ricardo Alves dos Santos	
Lenalda Dias dos Santos	
Maria Clara Pinto Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9711904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
PROFESSOR ARTICULADOR: UMA PROPOSTA DE TRABALHO NA ESCOLA SESI-RS	
Sônia Elizabeth Bier	
Danielle Schio Rockenbach	
Luiza Seffrin Zorzo	
Joice Welter Ramos	
Marta Moraes Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9711904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>70</b>
LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE: USO DO “INTERNETÊS” ONLINE LANGUAGE AND TECHNOLOGY: USE OF THE INTERNETÊS	
Eloiza da Silva Gomes de Oliveira Caio Abitbol Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9711904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>78</b>
LUDICIDADE E O BRINCAR: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Nayara Paloma Vieira Galdino Thays Evelin da Silva Brito Kátia Farias Antero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9711904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>82</b>
LUGAR DE ALUNO É NA COZINHA: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Janaína Moreira Pacheco de Souza Fabrício Nelson Lacerda Carolina Barreiros de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>93</b>
“MALA DA LEITURA”: A LEITURA EM MOVIMENTO	
Mariângela Gomes de Assis Elisângela Justino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>100</b>
MEMÓRIAS DO GRUPO ESCOLAR EUGÊNIO JARDIM: O QUE NOS REVELA SEU “TERMO DE VISITA”?	
Márcia Campos Moraes Guimarães Maria Aparecida Alves Silva Kênia Guimarães Furquim Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>114</b>
MÉTODO DA COMPOSTEIRA ( <i>BIN METHOD</i> ) PARA COMPOSTAGEM DE CARÇAÇAS DE ANIMAIS EM CATALÃO	
Marcelo Victor Mesquita Pires Ed Carlo Rosa Paiva Priscila Afonso Rodrigues de Sousa Jupyracyara Jandyra de Carvalho Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>129</b>
MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE 1930 A 1950	
Silvana Maria da Silva Jeferson Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>137</b>
NOMADISMO DIGITAL: AUTONOMIA E MOBILIDADE NA EDUCAÇÃO	
Rozevania Valadares de Meneses César Sandra Virgínia Correia de Andrade Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>149</b>
A MONITORIA NO ENSINO SUPERIOR – AÇÃO E REFLEXÃO DO FAZER DOCENTE	
Faraídes Maria Sisconeto de Freitas Fabiana Helena Silva Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>157</b>
A FORMULAÇÃO DE PROBLEMAS NA APRENDIZAGEM DA PROBABILIDADE CONDICIONADA	
Carla Maria Lopes da Silva Afonso dos Santos Cristina Paula da Silva Dias Maria José Pinto da Silva Varadinov Joaquim Manuel Baltazar Vaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>165</b>
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA EM DEBATE: AS PROPOSIÇÕES OFICIAIS E A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
Leila Procópio do Nascimento Valeska Nahas Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>184</b>
O CURSO DE HOSPEDAGEM DAS EEEPs DO CEARÁ E A CONTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS EM SEU PROCESSO FORMATIVO	
Maria Lucimar Vieira Ângela Onofre Lima Francisco José Assunção da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>196</b>
O CURSO NORMAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO DE SANTOS- AIJB	
Lúcia Tavares Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
A AVALIAÇÃO DA ORALIDADE EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO	
Flávia Barbosa de Santana Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040221</b>	

**CAPÍTULO 22 ..... 222**

A AVALIAÇÃO OBJETIVA DOS CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA À ENTRADA DO ENSINO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: CONSTRUÇÃO E RESULTADOS DE UM TESTE ESTANDARDIZADO DE CONHECIMENTOS - PMAT

Maria Helena Morgado Monteiro  
Maria João Rosado de Sousa Afonso  
Fernanda Marília Daniel Pires

**DOI 10.22533/at.ed.97119040222**

**CAPÍTULO 23 ..... 230**

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL POR MEIO DOS ATOS DE LEITURA TRIANGULADA: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS

Natalia Ribeiro Ferreira  
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa

**DOI 10.22533/at.ed.97119040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 243**

O ENTENDIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR SOBRE O CONCEITO DA HOMOSSEXUALIDADE

Joseanne Aparecida Maramaldo Levi

**DOI 10.22533/at.ed.97119040224**

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

Filipe Celestino Girão Nobre  
Juliana Campos da Silva  
Francisca Bertilia Chaves Costa  
July Grassiely de Oliveira Branco  
Ana Maria Fontenelle Catrib

**DOI 10.22533/at.ed.97119040225**

**CAPÍTULO 26 ..... 260**

REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Francine Mendes dos Santos  
Itana Nogueira Nunes

**DOI 10.22533/at.ed.97119040226**

**CAPÍTULO 27 ..... 266**

REDES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO VIOLENTO: UMA SÍNTESE DAS AMEAÇAS AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Jonas Modesto de Abreu  
Danielle Pereira de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.97119040227**

**CAPÍTULO 28 ..... 278**

RIZOMA E EDUCAÇÃO: GILES DELEUZE E FÉLIX GUATARI, CONTRIBUIÇÕES JUNTO A EDUCAÇÃO

Beatriz Ferrari Westrup  
Jocilene Fernandes Cruz  
Sibele Guedin Custódio

**DOI 10.22533/at.ed.97119040228**

**CAPÍTULO 29 ..... 282**

TRABALHO E SER SOCIAL: TRANSFORMAÇÕES E CONSTITUIÇÃO DAS CLASSES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra

Ana Candida Chagas Alencar

Carmem Maria Vieira de Amorim

Francisco Rivelino Oliveira Nascimento

Geicy Caroline Duarte Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.97119040229**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 293**

## MEMÓRIAS DO GRUPO ESCOLAR EUGÊNIO JARDIM: O QUE NOS REVELA SEU “TERMO DE VISITA”?

**Márcia Campos Moraes Guimarães**

Universidade Federal de Uberlândia

Rio Verde - Goiás

**Maria Aparecida Alves Silva**

Universidade Federal de Uberlândia

Rio Verde - Goiás

**Kênia Guimarães Furquim Camargo**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Rio Verde - Goiás

**RESUMO:** O presente trabalho, situado no âmbito da história cultural da educação e especificamente na historiografia das práticas educativas, tem como objetivo desvelar elementos da cultura escolar expressos no “Termo de Visita” do Grupo Escolar Eugênio Jardim, localizado na cidade de Rio Verde/GO. O Grupo foi criado por meio da Lei n. 694/1921 e recebeu a denominação de Grupo Escolar de Rio Verde, embora tenha sido instalado apenas em 1923. O título recebido perdurou até 1938, quando a instituição de ensino passou a se chamar Grupo Escolar Eugênio Jardim. O livro “Termo de Visita” contém as impressões deixadas por inúmeros visitantes, em 16 páginas, escritas entre 1928 e 1947 as quais forneceram elementos significativos para a reflexão sobre o passado do Grupo, das pessoas que a frequentaram, das práticas que

nele circularam. Por meio dos relatos foi possível apreender questões referentes ao processo de funcionamento e organização do Grupo, bem como questões educacionais daquele contexto histórico. Ao debruçarmos sobre o livro vieram à tona informações sobre o inspetor escolar, o espaço físico, os materiais escolares e didáticos, as matrículas e frequência, o método pedagógico, a ordem e rigor disciplinar. De forma geral, as impressões contidas no “Termo de visita” são enaltecidas, ressaltando os méritos dos diretores, o excelente trabalho exercido pelo corpo docente, a organização, disciplina e asseio dos alunos, bem como o adiantamento dos mesmos nos estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Termo de Visita. Grupo Escolar. Ensino Primário.

**ABSTRACT:** The present work, set in the context of cultural history of education and specifically in the historiography of educational practices, aims to unveil elements of school culture expressed in the “Term of Visit” of the School Group Eugênio Jardim, located in the city of Rio Verde/GO. The Group was created through Law n. 694/1921 and received the denomination of Group School of Rio Verde, although it was only installed in 1923. The title received lasted until 1938, when the educational institution came to be called School Group Eugênio Jardim. The book “Term of Visit” contains the impressions

left by numerous visitors, in 16 pages, written between 1928 and 1947 which provided significant elements for reflection on the past of the Group, the people who attended it, the practices that circulated in it. Through the reports it was possible to grasp questions regarding the process of operation and organization of the Group, as well as educational issues of that historical context. As we looked at the book, information about the school inspector, the physical space, the school and didactic materials, the enrollments and attendance, the pedagogical method, order and disciplinary rigor came up. In general, the impressions contained in the “Term of Visit” are exalting, highlighting the merits of the principals, the excellent work done by the teaching staff, the organization, discipline and cleanliness of the students, as well as their advancement on studies.

**KEYWORDS:** Term of Visit. School Group. Primary school.

## 1 | CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

Os Grupos Escolares surgiram no Brasil devido ao projeto republicano, que tinha como propósito a reforma da instrução pública e a formação do cidadão. Para promover a emancipação da consciência popular no século XIX, a instrução popular, principalmente o ensino primário, foi considerada como mecanismo central, por isso houve um empenho para que a instrução chegasse em todos os cantos do país. Para que tal intento se concretizasse, além de tornar o ensino obrigatório por determinação legal, era necessário também criar condições efetivas entre as quais destacamos a construção dos edifícios escolares e o investimento na formação e remuneração dos professores (BRESCIANI, 1976).

Diante da necessidade da criação de uma escola pública que se sobrepusesse aquela existente, considerada atrasada e desorganizada, os reformadores defendiam e proclamavam uma ideia de modernização pedagógica que “assentava-se na acepção de modernidade vislumbrada como eclosão do ‘novo’ que promoveria o rompimento com os resquícios da tradição colonial, instituindo um sentido de mudança entendida como transformação e progresso” (CAMARA; BARROS, 2006, p. 280).

Para instruir a população foram criados os grupos escolares, os quais,

Facilitaria a inspeção e administração do ensino, poder-se-ia juntar todos os alunos e distribuí-los em classes, cada classe reunindo os alunos da mesma idade e mesmo adiantamento, garantindo, assim, uma certa homogeneidade e possibilitando ao professor dar uma só lição a toda classe ao mesmo tempo. Administrados por um professor – diretor, os demais professores sentiriam a presença constante de uma autoridade superior, com funções definidas em regulamento, para fiscalizar o desempenho de cada um, exigindo-lhes eficiência no ensino. (BRETAS, 1991, p. 506).

Os primeiros Grupos Escolares emergiram no estado de São Paulo, na década de 1890, que serviram de modelo para a implantação em vários estados, inclusive em Goiás. Conforme esclarece Bretas (1991), o governo de Goiás firmou um acordo com o Estado de São Paulo com o intuito de contratar técnicos em formação de professores para assumirem a administração da Escola Normal, por um certo período,

e organizarem o ensino normal e ensino primário. Estes professores integraram a “Missão Pedagógica Paulista”, que por um longo período alavancou uma nova etapa no ensino primário e normal de Goiás.

Em 2 de agosto de 1918 foi sancionada a Lei n. 631 que dispunha sobre a organização do ensino primário. Nesta corrente de renovar o ensino, o art. 14 estabeleceu o método intuitivo para ser utilizado pelos professores no ensino primário e o art. 14 determinou que para a leitura seria utilizado o sistema da palavração (GOYAZ, 1918).

Em 1920 só havia um grupo escolar mantido pelo Estado de Goiás, o da capital, mas a partir da segunda metade dos anos 1920, ocorreu uma significativa expansão dos grupos escolares, passando de oito em 1924 para dezesseis em 1930. E é nesta expansão que surge o Grupo Escolar de Rio Verde, que mais tarde recebeu a denominação de Grupo Escolar Eugênio Jardim, em 1938.

Em visita ao arquivo do Grupo encontramos o livro “Termo de Visita”, que contém as impressões deixadas por inúmeros visitantes em 16 páginas, as quais forneceram elementos significativos para a reflexão sobre o passado do Grupo, das pessoas que o frequentaram, das práticas que nele circularam.

A finalidade deste trabalho é desvelar elementos da cultura escolar do Grupo Escolar Eugênio Jardim Eugênio Jardim, por meio da análise das impressões deixadas pelos inúmeros visitantes ao Grupo, no Livro “Termo de visita”. O período analisado abrange de 1928 a 1947, neste espaço de tempo estiveram à frente da direção do Grupo Celso Hermeni Teixeira, Guiomar Teixeira de Freitas, José Rodrigues de Moraes, Famny Camargo, Alberto Pinto Coelho e Olga de Sá.

Por meio dos relatos foi possível apreender questões referentes ao processo de funcionamento e organização do Grupo, bem como questões educacionais daquele contexto histórico, que discorreremos a seguir.

## **2 | TERMO DE VISITA DO GRUPO ESCOLAR EUGÊNIO JARDIM: IMPRESSÕES**

A Lei Estadual n. 694 de 27 de julho de 1921, sancionada por Eugênio Rodrigues Jardim, estabeleceu a criação de cinco grupos escolares, sendo um na capital, dois no sul e dois no norte. Ficaria também a cargo do Estado, o custeio dos professores desses grupos, as quais, conforme a referida Lei, deveriam ser normalistas (GOYAZ, 1921).

Um dos grupos designados na Lei n. 694/1921, foi criado na cidade de Rio Verde/GO. Recebeu a denominação de Grupo Escolar de Rio Verde, foi aprovado em 1922 pelo Governo, embora tenha sido instalado apenas em 1923. O título recebido perdurou até 1938, quando a instituição de ensino recebe o nome de Grupo Escolar Eugênio Jardim (BRETAS, 1991). Embora Bretas declare que o Grupo tenha recebido o título de Eugênio Jardim em 1938, encontramos nos documentos a designação de

“Grupo Escolar Coronel Eugênio Jardim”, datado de 1 de julho de 1924. O nome se deve a uma homenagem a Eugênio Rodrigues Jardim, que foi presidente do Estado de Goiás de 1921 a 1923.

Em visita ao arquivo do Grupo, hoje Colégio Eugênio Jardim, encontramos o livro “Termo de visita”. Nele, estão as impressões deixadas por inúmeros visitantes, dentre eles padres, professores, diretores, inspetores escolares, estudante de Direito, juiz, coronel, representante de Jornal e de laboratório, representantes políticos, bem como pessoas da sociedade, quer sejam da própria cidade de Rio Verde ou de outros estados. O Grupo também foi visitado por dois estrangeiros, um uruguaio e um argentino.

Ao transcrever todas as impressões das 16 páginas do Livro, encontramos obstáculos em determinar parte dos autores dos relatos. Alguns rubricaram, impossibilitando assim, proceder a identificação, mas mesmo assim optamos por utilizar os relatos e indicar o uso da rubrica.

De forma geral, as impressões contidas no “Termo de visita” são enaltecidas, ressaltando os méritos dos diretores, o excelente trabalho exercido pelo corpo docente, a organização, disciplina e asseio dos alunos, bem como o adiantamento dos mesmos nos estudos.

A primeira análise realizada, refere-se as impressões deixadas em relação ao prédio escolar. Embora o Governo tenha se comprometido em construir os prédios para o funcionamento dos Grupos Escolares, conforme disposto na Lei n. 694/1921, em Rio Verde isto não aconteceu. O fato do prédio do Grupo Eugênio Jardim ter sido construído pelo município não ocorreu somente na cidade de Rio Verde. Bretas (1991) explicita que o Governo sequer construiu o Grupo Escolar da capital, com o propósito de retirá-lo do Liceu onde funcionava, com o aumento do número de matrículas e a superlotação das salas, apenas adquiriu uma velha casa e a adaptou, transferindo assim o Grupo Escolar para ela.

Em muitos estados, para abrigar os Grupos Escolares, foram construídos prédios majestosos, com detalhes diversos. Para Souza (1998, p. 23) isto se assenta no fato de que “a arquitetura eloquente dos prédios especialmente projetados têm essa função de afirmar a República, divulgando um ideário que a afasta das práticas obscurantistas do Império.

O prédio para abrigar o Grupo Escolar de Rio Verde, foi construído na Rua Rui Barbosa, n. 3, feito de alvenaria, contou com a primeira casa com a patente de banheiro na cidade e foi inaugurado no dia 26 de julho de 1922. O prédio não foi construído com o objetivo de abrigar o Grupo, porém, dada a necessidade de possuir um prédio próprio para que o Governo autorizasse o seu funcionamento, o prédio foi cedido para esse fim (MENDONÇA, 2006).

Em entrevista concedida a Mendonça (2006), Rodolfo Emerich Portilho, morador da cidade de Rio Verde relatou que o prédio cedido para alojar o Grupo era “vistoso” e atendia cerca de 200 crianças, sendo 100 por turno. A fotografia a seguir mostra a fachada do prédio que foi cedido para sediar o Grupo Escolar de Rio Verde.



Figura 1 – Foto do Grupo Escolar de Rio Verde.

Acervo pessoal de Oscar Cunha Bastos.

Embora o Grupo estivesse funcionando em prédio próprio, para alguns, como o inspetor escolar, Adhemar de Araujo Almeida, as instalações não eram as mais adequadas. Em 24 de outubro de 1934, ele deixou seu posicionamento sobre elas no Livro de visita. E assim registrou:

É pena que o prédio do grupo não corresponda ao grau de instrução ministrado em seus bancos, nem ao numero de alumnos e nem tampouco ao adiantamento da melhor cidade do Sudoeste. Para que preencha esta lacuna, dirigi um officio ao Sr. Prefeito da cidade, para que este num espaço de boa administração realise a planta já existente do novo grupo. (TERMO DE VISITA, 1934, p. 1).

Três anos após o inspetor não ter tido as melhores impressões sobre o prédio do Grupo, outros visitantes discordaram da sua posição e assim relataram:

Visitando hoje o Grupo Escolar de Rio Verde, tive do mesmo a mais agradável impressão, não só pela sua ótima instalação [...]. Celso Herminio Teixeira, Diretor Geral da Segurança Publica. (TERMO DE VISITA, 1937, p. 8).

Percorrendo todos apartamentos de classes que compõem este moderno e notável estabelecimento de ensino, confesso desde já a minha excelsa admiração, a minha grande impressão de que fui tomado, ao deparar-me com esta obra magnificante que é um dos fructos de trabalho e carinho, abnegado amor a instrucción, do povo desta terra. João Pires Vieira. (TERMO DE VISITA, 1937, p. 8).

Visitando hoje o grupo escolar de Rio Verde, minha terra, tive a mais agradável impressão da parte dos alunos como, o corpo docente e o confortável prédio em que estão. Jeronymo Pereira. (TERMO DE VISITA, 1937, p. 9).

Quando o Grupo foi instalado em 1923, o mesmo teve vários problemas para entrar em funcionamento, como a falta de mobiliário e materiais escolares. É interessante

que o Jornal “O Democrata”, publicou, em 4 de maio de 1923, uma nota afirmando que em Goiás estavam em funcionamento quatro grupos escolares: um na capital e os outros nas cidades de Rio Verde, Bonfim e Catalão e que “tem o Governo mandado fornecer mobília escolar moderna e os livros didáticos mais aperfeiçoados e instrutivos (O DEMOCRATA, 4 maio 1923)”, porém isso não aconteceu a contento.

Em uma visita realizada pelo inspetor escolar regional, ficou registrado a deficiência dos materiais escolares, inclusive o número pouco expressivo dos livros contidos na biblioteca, que por sinal, foi fundada pelas próprias professoras do Grupo Escolar. Suas palavras são:

A minha impressão só poderá dizer que as classes estão bem organizadas apesar de haver deficiência no material escolar. A biblioteca que já foi fundada com carinho pelas professoras, deve tomar um impulso mais, para que seus volumes sejam em maior número, tendo assim, os alunos, campo maior para estender seus conhecimentos. (TERMO DE VISITA, 1934, p. 2).

Ainda referente ao relato do inspetor regional, ela declara que “A digníssima directora deverá pedir todo o material necessário ao grupo, nos moldes dos arts. 91 e 92 do Regulamento do Ensino Primário” (TERMO DE VISITA, 1934, p. 2). Todavia, os artigos aludidos por ele não se referem, de nenhuma forma, a materiais escolares e didáticos. Após a leitura do Regulamento encontramos no art. 25, que dispõe sobre as competências do Secretário do Interior e Justiça, os seguintes dizeres no § 16º “autorizar; [...] b) a aquisição de material escolar e didactico;”. Outro fato interessante é que, de acordo com o art. 57, § 7º, é incumbência dos inspetores municipais “representar sobre as necessidades materiaes das escolas publicas primarias; (GOYAZ, 1930, p. 15). Caberia então ao diretor do Grupo esta incumbência, conforme declarou o inspetor de ensino? Como já afirmamos, o Governo não conseguiu atender a demanda da criação dos Grupos Escolares e tampouco equipá-los.

Mesmo não disponibilizando para os Grupos Escolares os materiais necessários para o funcionamento dos mesmos, o Regulamento do Ensino Primário (GOYAZ, 1930) determinava como atribuições e deveres dos diretores de grupos, a guarda e conservação do material escolar e didático, responsabilizando-os, civil, criminal e administrativamente, pelos danos oriundos de negligências. Previa, ainda, que em nenhuma hipótese, estes materiais poderiam ser emprestados ou utilizados para fins estranhos ao ensino.

É fato que não só o Grupo de Rio Verde passava por dificuldades estruturais e materiais, porém, para vários visitantes, as impressões sobre o Grupo são exitosas, inclusive ao compararem a outros do Estado:

Não é o primeiro Grupo Escolar que tenho tido a oportunidade de vizitar e, me é agradável dizer (Seu espírito de ser agradável) que o desta cidade pode servir de modelo aos outros Grupos Escolares do Estado. Professor. (TERMO DE VISITA, 1928, p. 1).

Rio Verde, está pois, de parabéns como a única cidade do nosso Estado que tem sabido se distanciar de outros municípios que se apresentam pérvios e desprovidos

desse adiantamento. Jose Rodrigues de Moraes, professor. (TERMO DE VISITA, 1936, p. 6).

Ao Digno Diretor deixo meus sinceros parabéns, e posso afirmar que não poderia se esperar em qualquer Grupo Escolar mesmo nas grandes cidades uma maior competência. Walter Fonseca - Laboratorios Raul Leite e Cia. (TERMO DE VISITA, 1938, p. 9-10).

No que tange a escolha dos diretores, a Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918 (GOYAS, 1918), que dispunha sobre a organização do ensino primário, determinava:

Art. 26 – O cargo de diretor do Grupo Escolar da Capital, é provido mediante concurso, cujas condições serão determinadas no regulamento a que se refere o art. 69, no interior do Estado, porem, a nomeação será de livre escolha do Governo, podendo recahir em um dos professores do grupo.

A escolha dos diretores dos Grupos Escolares do interior eram, na maioria das vezes, políticas, a qual alastrava-se também na escolha dos professores, porteiros e serventes. Mendonça (1991) esclarece que o diretor e os professores possuíam o apoio dos pais dos alunos, mas o coronelismo imperava, os políticos tinham plenos poderes concedidos pelo prefeito da cidade e pelo Governador do Estado, com isso interferiam na contratação de professores e outros funcionários, e o diretor cabia apenas a tarefa de obedecer, sem autonomia para agir.

Quanto aos professores, estes poderiam ser efetivos, interinos e substitutos. Os efetivos e interinos eram nomeados pelo Presidente do Estado, quanto aos substitutos, caberia aos inspetores escolares suas designações. Para ser efetivo era condição o diploma da Escola Normal, ou depois de dez anos de serviço escolar os interinos poderiam ser efetivados. Para todas estas categorias havia uma condição única: “comprovada idoneidade moral”. Os professores efetivos, após dez anos de atividade, passariam a condição de vitalícios, e perderiam o cargo somente por incapacidade física ou psíquica, ou se condenados a qualquer pena (GOYAZ, 1918).

Em outros documentos do Grupo Escolar de Rio Verde, foi possível verificar a nomeação de vários professores, bem como a designação de substitutos pelos inspetores escolares. Dava-se preferência, na época, para os professores do sexo masculino, fato que também pode ser comprovado pelos mesmos documentos de nomeação e substituição.

Como incumbência dos professores, além de seus deveres gerais, deveriam cumprir o regulamento e o programa de ensino, organizar reuniões nas datas festivas nacionais e estaduais, explicando aos alunos o motivo das mesmas e realizar passeios campestres uma vez por semana. O objetivo destes passeios era colocar os alunos em contato com a natureza, “debaixo de muita amistosidade, de maneira que a escola e o ensino se tornem um prolongamento do lar” (GOYAZ, 1918).

O Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz de 1930, que trata, em seu Capítulo II, “Do provimento dos grupos escolares” reforçava a necessidade da titulação dos professores:

Art. 100 – As cadeiras dos grupos escolares do interior serão providas:

a) pelos professores normalistas com um anno, pelo menos, de exercício em escolas rurais e districtaes;

b) pelos professores normalistas com 6 meses, pelo menos, de exercício em escolas urbanas. (GOYAS, 1930, p. 24).

Ainda referente aos professores, o Regulamento determinava em seu Capítulo V “Da ordem dos trabalhos escolares” como deveria ser a organização e o funcionamento dos grupos, especificando horários, trabalhos escolares, notas, frequência, aproveitamento, enfim, a rotina a ser seguida.

Para verificar se tudo estava fruindo conforme o regulamento, havia o inspetor escolar, que tem presença marcante no Livro de visita do Grupo em estudo. A Lei n. 631 (GOYAZ, 1918) definia que os mesmos deveriam ser os juizes de direito nas Comarcas, os juizes municipais nos termos e os juizes distritais nos distritos e a eles não caberiam nenhuma remuneração. Caso houvesse algum impedimento para exercer o cargo, seriam assumiram seus substitutos legais. Tinham a incumbência de fiscalizar o ensino, designar professores substitutos, indicar reformas e enviar relatórios ao Secretário do Interior de todas as decisões tomadas.

Conforme o art. 39 do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz, Rio Verde pertencia a 4<sup>a</sup> “inspectoría regional de instrucción publica” (GOYAZ, 1930). De acordo com a referida Lei, havia os inspetores regionais, municipais e distritais. O art. 43 trata das competências dos inspetores regionais, e especifica que os mesmos deveriam “a) Visitar as escolas publicas e particulares, dentro de sua zona, tantas vezes quantas puderem ou reclamarem os interesses do ensino ou lhes for ordenado pelo Secretario do Interior e Justiça;” (GOYAZ, 1930, p. 12). No art. 57 temos as incumbências dos inspetores municipais, o § 3<sup>o</sup> determina: “visitar as escolas publicas ou particulares do municipio, demorando-se em cada uma dellas o tempo necessario para bem lhes ajuizarem as condições;” (GOYAZ, 1930, p. 15). Aos inspetores distritais caberiam as mesmas atribuições dos inspetores municipais, estes dois, sempre que requisitados, deveriam prestar informações aos inspetores regionais, conforme disposto no art. 57, § 8<sup>o</sup> (GOYAZ, 1930).

Na visão de Faria Filho (2000, p. 92) os inspetores foram responsáveis por produzir e encaminhar um minucioso diagnóstico da realidade educacional, para os gestores do sistema de instrução, contribuindo “de forma singular, na preparação da lenta remodelação da instrução primária ocorrida nos primeiros decênios do século XX”. Já para Isobe (2004), eles atuaram também na formação dos professores, por meio de aulas exemplares ministradas aos professores nas escolas primárias, demonstraram a aplicação dos novos métodos e processos de ensino.

No final do registro de visita dos inspetores escolares, presentes no “Termo de visita” do Grupo, há a informação para que sejam tiradas três cópias do Termo e enviadas para o Departamento de Estatística e Divulgação, Secretaria do Interior e

Prefeitura da cidade. Esta exigência, de sempre prestar conta da situação do ensino primário, se faz presente no Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz, em vários artigos (GOYAZ, 1930). Os inspetores, ao visitarem os grupos, além de enviarem minuciosos relatórios de inspeção, utilizavam o “Termo de visita” como uma forma de comprovar o cumprimento de suas atribuições.

O estudante de Direito Eleafar Abbud, que exerceu a função de inspetor escolar por vários anos, faz menção a aplicação dos “novos métodos pedagógicos” pelos professores do Grupo. Ele assim escreve, em 20 de março de 1936:

Notei, em tudo que vi, a aplicação conciente dos novos métodos pedagógicos. É verdade que não se lhes seguem a risca, mas isto se deve exclusivamente as deficiências materiais impossíveis de se suprir num meio nosso como este. Entretanto, seus professores se mostram senhores dos princípios adotáveis. Numa aula de matemática, pude observar que o sr. professor sabe formar os centros de interesses para amenisar as lições. E isto continuei notando nas outras classes. (TERMO DE VISITA, 1936, p. 3).

De acordo com Azevedo (1930) a adoção dos princípios básicos da escola nova, cuja finalidade era pedagógica e social, rejeitava a utilização de meios que não conduzissem a esses fins, sendo necessário a revisão dos métodos pedagógicos. A observação era tida como um princípio essencial, o professor deveria ensinar o aluno a desenvolver a capacidade de observação. Para tanto poderia utilizar as excursões escolares (a fabricas, a oficinas, aos jardins botânicos, à lavoura, etc.), os museus e o cinema educativo. As matérias deveriam ser ensinadas associadas em torno de centros de interesse, também denominado de ensino global, que se opunha a rigidez de horários. O autor assim explica:

Não é a hora que fixa irremediavelmente o limite da lição, é a necessidade psicológica, do interesse despertado que o mestre deve aproveitar, tratando, sem limite de tempo, a matéria ou desenvolvendo o trabalho, por que a classe se interessou e que ela mesma, por isto, não desejaria abandonar. Mas, ninguém, por hóspede que seja em questões pedagógicas, pode desconhecer o perigo de transição de um regime tradicional para outro inteiramente diverso, senão oposto, sem o tato e a prudência que diminuem, até remover com o tempo, as dificuldades inerentes a reformas profundas. (AZEVEDO, 15-17, jan. mar. 1930.)

A Parte III, Título I do Regulamento do Ensino Primário (GOYAS, 1930), traz no Capítulo I “Dos fins do ensino primário”, os preceitos da Escola Nova que deveriam ser devidamente seguidos pelos professores. É clara a preocupação com a infância, com o respeito aos interesses e as particularidades próprias de cada criança. As matérias deveriam ser ensinadas não como um fim em si mesmas, mas de forma a desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das crianças. Nele, consta também que os programas deveriam ser organizados e executados em torno dos centros de interesse das crianças, não se reduzindo a memorização de fatos desconexos, “mas a compreensão das suas relações e da importância e significação de cada um no contexto das lições, experiências e problemas” (GOYAS, 1930, p. 18).

Um dos mecanismos para esta renovação do ensino foi a criação dos Jardins da

Infância. Nas postulações de Silva (1975), o jardim da infância em Goiás representou muito mais do que sua instituição. Para a autora,

Os objetivos propostos visavam a formar a criança de “dentro para fora” e não amoldada em um “modelo tradicional”. No plano teórico, a filosofia que o embasava era a da escola nova, caracterizando-se pela atenção devotada à criança, “banidas as imitações e reproduções servis”. O aprender descobrindo e o estímulo às iniciativas espontâneas do educando deveriam encontrar oportunidade de afirmação nas atividades curriculares, que, fiéis à filosofia da escola, se apoiavam em material didático especializado. A iniciação na leitura, escrita, desenho, e cálculo, procedida através de brinquedos e jogos especiais, constituía a base de conhecimentos a serem ministrados (SILVA, 1975, p. 243).

Em Goiás, a Lei n. 851, de 10 de julho de 1928, autorizou o Poder Executivo a criar e regulamentar um estabelecimento destinado a educação das crianças que não possuíam a idade adequada para ingressar na escola pública, o qual receberia o nome de Jardim da infância.

Encontramos, no relato do inspetor escolar, datado de 25 de outubro de 1934, alusão ao jardim da infância do Grupo Eugênio Jardim: “Assisti aulas em quase todas as classes sendo que impressionou em sobremaneira o jardim da infância onde os alunos revelam adiantamento graças aos dots educacionais da digna directora D. Fanny Camargo” (TERMO DE VISITA, 1934, p. 2).

No Regulamento do Ensino Primário (GOYAS, 1930), a condição necessária para a criação do jardim da infância era de que houvesse matrícula mínima de 25 crianças e máxima de 40, de ambos os sexos. Estas deveriam ter mais de 4 anos e menos de 7, sendo gratuito apenas às crianças pobres, as outras caberiam uma taxa anual.

O Regulamento acima referenciado, previa a contratação de uma professora de trabalhos manuais, de reconhecida competência, para os grupos escolares de seis ou mais classes. No relato de 30 de agosto de 1937, Jeronymo Pereira assim escreve: “Percorri todas as salas, e que mais impressão tive foi a sala de bordados, porque bons trabalhos já se fazem que noutra lugar ou cidade não os fariam” (TERMO DE VISITA, 1937, p. 9). Em 1941, especificamente no dia 30 de novembro, a então diretora do Grupo, Olga de Sá, agradece a presença da comunidade que visitaram a exposição de trabalhos manuais do Grupo: “Deixo nestas despreziosas linhas meus antecipados agradecimentos à todos, que visitarão a modesta exposição de Trabalhos Manuais, do Grupo Escolar ‘Eugênio Jardim’” (TERMO DE VISITA, 1941, p.12). Neste dia, constam no Livro a assinatura de 162 pessoas atestando a visita a exposição, dentre eles professores, pais de alunos e representantes da comunidade.

No dia 22 de março de 1937, o Grupo Escolar de Rio Verde recebeu uma ilustre visita, a de Pedro Ludovico Teixeira, que deixou sua impressão: Experimentei boa impressão ao visitar este estabelecimento de ensino, máximo quanto à sua direção” (TERMO DE VISITA, 1937, p. 9).

Outro ponto nos relatos que se destaca é a referência a ordem e a disciplina. Na Lei 631, no art. 52, fica explícito que a disciplina escolar seria divulgada por “meios

suasórios e a juízo do professor”, ou seja, caberia a ele convencer, persuadir os alunos a manterem a ordem. Todavia, deixa claro, no art. 53, que os castigos corporais e as penas degradantes deveriam ser abolidos. Neste sentido, educar era mais do que instruir,

[...] educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico – patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (SOUZA, 2004, p. 127).

Uma característica dos grupos escolares era a separação dos alunos por sexo. No grupo em estudo a opção foi por salas separadas por sexo, somente em 1947, há referência de um 4º ano misto, conforme o Livro Ata do Grêmio Literário do Grupo Escolar Eugênio Jardim (1945-1947). Esta opção pode ter sido um procedimento disciplinar utilizado pela direção e professores para manter a ordem.

Destacamos alguns relatos concernente a disciplina dos alunos:

Percorrendo as salas de aula deste estabelecimento, não posso esconder a minha admiração pela disciplina dos alumnos, formando um corpo unísono, com o professor que procura tornar a obediência mais activa possível. Rio Verde 27/4/1936. (Rubrica). (TERMO DE VISITA, 1936, p. 5).

Visitando hoje o Grupo Escolar Eugenio Jardim de rio Verde fiquei optivamente impressionada não só pela ordem e disciplina nas diversas classes como pelo corpo docente e administrativo esforçado e competente de que é dotado. Rio Verde, 14 de fevereiro de 1938. Emilia Ferreira de Carvalho. (TERMO DE VISITA, 1938, p. 7).

Visitando hoje o Grupo Escolar “Eugenio jardim” desta cidade, verifiquei que tudo vai indo da melhor maneira possível. A ordem e a disciplina são encaradas com rigor, daí o motivo de declarar nestas linhas o meu contentamento.

A atual Diretora, D. Olga de Sá está portanto de parabéns. Estes devem ser extensivos as esforçadas professoras. Rio Verde, 12 de Maio de 1942. Nicanor Pardo. Assistente de Ensino. (TERMO DE VISITA, 1942, p. 15).

Quanto a frequência dos alunos, era de responsabilidade dos pais ou tutores. A Lei 631 determinava que o aluno que tivesse 20 faltas consecutivas ou 50 ao longo do ano seriam impedidos de prestar os exames, ou seriam excluídos da matrícula, salvo se houvesse justificativa. Nos relatos dos inspetores verifica-se que o Grupo em estudo não teve sérios problemas com faltas, inclusive este fato pode ser percebido também na Ata do Grêmio Literário do Grupo, em que há passagens justificando algumas por motivos de doença, mas são esporádicas.

Embora apareça em apenas um relato, o caixa escolar estava presente no grupo. Na Lei 631 (GOYAZ, 1918), o Capítulo VI “da caixa escolar” estipulava a criação de um caixa escolar em cada localidade, cujo fim era auxiliar crianças pobres com a aquisição de vestuários e outros itens necessários. Ela seria constituída de donativos, ofertas e legados dos “amantes da instrução”, também seriam realizadas mensalmente

pequenas festas, em que as arrecadações iriam para a caixa escolar (GÓYAZ, 1918). O relato é do inspetor escolar da 5ª zona, Guilherme de Araujo e Almeida, datado de 19 de julho de 1934: “a Caixa escolar tem prestado relevantes serviços aos alunos pobres; por isso mesmo, tem sido a grande preocupação das professoras” (TERMO DE VISITA, 1934, p. 2).

A preocupação com a higiene escolar se fez presente nos grupos escolares, estabelecendo relação com a educação física, um dos componentes curriculares do ensino primário, médicos e dentistas passaram a atuar nessas instituições de ensino. A Diretoria Geral de Instrução Pública foi responsável pela criação do serviço médico nas escolas, cujo objetivo era expandir as prescrições sanitárias à comunidade, e caberia aos inspetores sanitários, fiscalizar as condições de higiene nas escolas. Inclusive na Lei 631 umas das condições para o aluno ser matriculado, era a comprovação, pelos pais ou tutores, de que a criança não possuísse nenhuma moléstia contagiosa e ser vacinado.

Os relatos referentes ao asseio do Grupo e das crianças, pelos visitantes são inúmeros, os quais destacamos:

Tudo é admirável: o asseio, a ordem, a harmonia em tudo. Rio Verde, 7 de junho de 1937. Jandyna Oyres. (TERMO DE VISITA, 1937, p. 8).

Ao visitar o Grupo Escolar “Eugenio Jardim” quero consignar a magnífica impressão que me causou tudo que me foi dado observar durante a minha curta permanência neste abolinado Estabelecimento de ensino: muita ordem, disciplina, asseio e extraordinária dedicação por parte da Directora e seus esforçados auxiliares. Foram para mim um momento de indisível satisfação o passado neste educandário. E um estabelecimento que louva o Ensino Primario de Goyaz e a cultura rioverdense. . Rio Verde, 6 de Outubro de 1939. Coronel (Rubrica). (TERMO DE VISITA, 1939, p. 12).

Diante do exposto, percebemos que o Grupo Escolar de Rio Verde, mesmo enfrentando uma série de problemas estruturais e materiais, representava para a população um projeto moderno e adequado de difusão de conhecimentos, o qual procurava ofertar o ensino primário a um maior número de crianças, de forma gratuita.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da república, floresce a necessidade de superar a situação de ignorância da população do país, para isso era necessário instruí-la. Para tal intento foram criados os grupos escolares, com o propósito de transformar os indivíduos em elementos ativos do progresso nacional. O primeiro deles emergiu no Estado de São Paulo e depois foram se alastrando por todos os cantos do país, alguns em prédios suntuosos, outros alojados em pequenas casas.

O Grupo Escolar de Rio Verde, que posteriormente foi denominado de Grupo Escolar Eugênio Jardim, enfrentou vários problemas desde a sua criação, em 1922. Somente em 15 de fevereiro de 1964 é que finalmente teve seu prédio próprio

construído. Apesar dos escassos investimentos que o Grupo recebeu, no imaginário da população rio-verdense foi considerado um local virtuoso para a instrução pública primária, fato este verificado por meio dos relatos de seus visitantes constantes do “termo de visita” do Grupo.

Para a instrução da população, era necessário, na visão dos republicanos, reformar o ensino, rever os métodos pedagógicos empregados. Com isso, os preceitos da escola nova passam a constar no Regulamento do Ensino Primário, os quais deveriam ser fielmente cumpridos pelos professores em exercício. Para que o método intuitivo fosse empregado, a Missão Pedagógica Paulista é enviada a Goiás, para organizarem o ensino normal e o ensino primário.

A ordem e a disciplina social passam a ser cruciais para o projeto de formação do caráter, cabendo aos professores a tarefa de persuadi-los. Asseio e ordem são bem quistos para os visitantes do Grupo, que tecem inúmeros elogios pelo cumprimento, por parte dos alunos, destes preceitos.

Ao Diretor do grupo fica a tarefa de manter a organização e o funcionamento adequado do grupo, porém nem sempre com autonomia para tomar decisões, tendo em vista ter sido escolhido, fica à mercê do coronelismo e da política. Aos professores a tarefa de instruir e educar, mas as vezes sem as condições materiais necessárias. Ao inspetor escolar a missão de fiscalizar e orientar o ensino, reportando às instâncias superiores um diagnóstico minucioso da realidade escolar, bem como orientar e estimular o uso dos novos procedimentos pedagógicos.

Com base no “Termo de Visita” e nos documentos analisados, foi possível verificar a relevância do papel dos grupos escolares no processo de escolarização primária. Embora com inúmeros problemas estruturais e materiais, representou um grande marco na educação popular brasileira.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. A Escola Nova e a Reforma. **Boletim de Educação Pública** 1 (1): 15-17, jan. mar. 1930.

BRESCIANI, Maria Stella. **Liberalismo**: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). São Paulo: 1976. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos nº 21)

CAMARA, Sonia; BARROS, Rafael. Por um projeto escolar modelar: a construção dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

GOYAZ (1921). **Lei n. 694 de 27 de Julho de 1921**. Autorizando o Governo do Estado a criar cinco grupos escolares.

\_\_\_\_\_. (1918). **Lei n. 631 de 02 de Agosto de 1918**. Organizando o ensino primário.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 908, de 29 de julho de 1930**. Aprova o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 10.640, de 13 de fevereiro de 1930**. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 264, de 7 agosto de 1937**. Baixa o Regulamento do Ensino Primario do Estado.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 10640 de 10 de fevereiro de 1930**. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz.

ISOBE, Rogéria Moreira Resende. **Moldando as práticas escolares**: um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do ensino no Triangulo Mineiro (1906-1911). Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

LIVRO ATA do Grêmio Literário do Grupo Escolar Eugênio Jardim (1945-1947).

LIVRO TERMO DE VISITA do Grupo Escolar Eugênio Jardim (1928-1947).

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. **Grupos Escolares**: resgatando a história e a memória do Grupo Escolar Eugênio Jardim em Rio Verde/GO. 2006. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/eixo7.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

O DEMOCRATA: 04 maio 1923.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-097-1

